



CUBATI - PB

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CUBATI - PARAÍBA

Auxiliar Administrativo

EDITAL DE CONCURSO Nº 001/2024

CÓD: SL-111JL-24
7908433259442

Língua Portuguesa

1. Compreensão e interpretação de texto	9
2. Tipologia e gêneros textuais	12
3. Figuras de linguagem	19
4. Significação de palavras e expressões. Relações de sinonímia e de antonímia	21
5. Ortografia	22
6. Acentuação gráfica	23
7. Uso da crase	24
8. Fonética e fonologia: som e fonema, encontros vocálicos e consonantais e dígrafos	25
9. Morfologia: classes de palavras variáveis e invariáveis e seus empregos no texto	26
10. Locuções verbais (perífrases verbais)	38
11. Funções do “que” e do “se”	38
12. Formação de palavras	40
13. Elementos de comunicação	42
14. Sintaxe: relações sintático semânticas estabelecidas na oração e entre orações, períodos ou parágrafos (período simples e período composto por coordenação e subordinação)	43
15. Concordância verbal e nominal	45
16. Regência verbal e nominal	47
17. Colocação pronominal	49
18. Emprego dos sinais de pontuação e sua função no texto	50
19. Elementos de coesão	52
20. Função textual dos vocábulos	53
21. Variação linguística	54

Raciocínio Lógico

1. Números decimais e frações	63
2. Sequências lógicas envolvendo números, letras e figuras	65
3. Geometria básica	67
4. Conjuntos numéricos	76
5. Equações do 1º e 2º grau	88
6. Sistemas de equações	91
7. Criptografia	93
8. Conjuntos; as relações de pertinência, inclusão e igualdade; operações entre conjuntos: união, interseção, diferença e complemento	94
9. Comparações	98
10. Numeração	98
11. Razão e proporção	100
12. Regra de três	102
13. Porcentagem	103
14. Probabilidade	104
15. Proposições lógicas e Conectivos lógicos: e, ou, negação, implicação	106

Atualidades

1. Domínio de tópicos de Conhecimentos gerais e assuntos relevantes de diversas áreas, tais como: política, economia, sociedade, educação, tecnologia, energia, relações internacionais, desenvolvimento sustentável, segurança, artes, literatura e meio ambiente e suas vinculações históricas a nível municipal, regional, nacional e internacional	115
2. Sociedade e saúde: Doenças, surtos e epidemias divulgados pela mídia brasileira na atualidade	115
3. Principais desafios que marcam o Brasil no Terceiro Milênio: Trânsito e cidadania	118
4. Questões ambientais	122
5. violência e segurança pública	128
6. Mundo do trabalho: profissões e inovações tecnológicas	132
7. Sociedade, internet e fake News.....	136
8. O Brasil na atualidade: sociedade, política e economia.....	140

Conhecimentos Específicos - Direito Auxiliar Administrativo

1. Administração Pública: conceito e princípios básicos.....	145
2. Poderes e deveres dos agentes administrativos	149
3. Atos administrativos: conceito e requisitos, classificação, atributos, espécies, sua revogação e anulação.....	152
4. Licitação: normas gerais sobre licitações e contratos administrativos pertinentes a obras, serviços (inclusive de publicidade), compras, alienações e locações; Lei de Licitações atualizadas e alterações	166
5. Contratos administrativos: interpretação, tipos	220
6. Direito Administrativo.....	235
7. Poderes da Administração Pública.....	238
8. Administração direta e indireta	245
9. Controle Patrimonial.....	249
10. Bens Permanentes e almoxarifado	254
11. Princípios Constitucionais	258
12. Noções de Contabilidade Pública.....	259
13. Decreto nº 7.892, de 23 de Janeiro de 2013.....	264
14. Lei 10.520/02 – Lei do Pregão.....	270
15. Lei 101/00 – Lei de Responsabilidade Fiscal	271
16. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 – Art. 37 ao 40	286
17. Lei Federal n.º 8.429/92 - Lei de Improbidade Administrativa	291
18. Lei Federal n.º 12.527/11 - Lei de Acesso à Informação	307

Conhecimentos Específicos - Informática

1. Conhecimentos básicos em informática	319
2. Sistema operacional Microsoft Windows 10 ou superior: configurações básicas do sistema operacional (painel de controle). Organização de pastas e arquivos. Operações de manipulação de pastas e arquivos (copiar, mover, excluir e renomear). Gerenciador de tarefas.....	320
3. Editor de textos Microsoft Word 2016 ou superior: criação, edição, formatação e impressão Criação e manipulação de tabelas. Inserção e formatação de gráficos e figuras. Geração de mala direta	342
4. Planilha eletrônica Microsoft Excel 2016 ou superior: criação, edição, formatação e impressão. Utilização de fórmulas. Geração de gráficos. Classificação e organização de dados.....	351
5. Internet: navegação e busca de documentos. Principais navegadores.....	359
6. Arquivos compactados: objetivos e formatos. Ferramentas de compactação	364

LÍNGUA PORTUGUESA

COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTO

Definição Geral

Embora correlacionados, esses conceitos se distinguem, pois sempre que compreendemos adequadamente um texto e o objetivo de sua mensagem, chegamos à interpretação, que nada mais é do que as conclusões específicas. Exemplificando, sempre que nos é exigida a compreensão de uma questão em uma avaliação, a resposta será localizada no próprio texto, posteriormente, ocorre a interpretação, que é a leitura e a conclusão fundamentada em nossos conhecimentos prévios.

Compreensão de Textos

Resumidamente, a compreensão textual consiste na análise do que está explícito no texto, ou seja, na identificação da mensagem. É assimilar (uma devida coisa) intelectualmente, fazendo uso da capacidade de entender, atinar, perceber, compreender. Compreender um texto é apreender de forma objetiva a mensagem transmitida por ele. Portanto, a compreensão textual envolve a decodificação da mensagem que é feita pelo leitor. Por exemplo, ao ouvirmos uma notícia, automaticamente compreendemos a mensagem transmitida por ela, assim como o seu propósito comunicativo, que é informar o ouvinte sobre um determinado evento.

Interpretação de Textos

É o entendimento relacionado ao conteúdo, ou melhor, os resultados aos quais chegamos por meio da associação das ideias e, em razão disso, sobressai ao texto. Resumidamente, interpretar é decodificar o sentido de um texto por indução.

A interpretação de textos compreende a habilidade de se chegar a conclusões específicas após a leitura de algum tipo de texto, seja ele escrito, oral ou visual.

Grande parte da bagagem interpretativa do leitor é resultado da leitura, integrando um conhecimento que foi sendo assimilado ao longo da vida. Dessa forma, a interpretação de texto é subjetiva, podendo ser diferente entre leitores.

Exemplo de compreensão e interpretação de textos

Para compreender melhor a compreensão e interpretação de textos, analise a questão abaixo, que aborda os dois conceitos em um texto misto (verbal e visual):

FGV > SEDUC/PE > Agente de Apoio ao Desenvolvimento Escolar Especial > 2015
Português > Compreensão e interpretação de textos

A imagem a seguir ilustra uma campanha pela inclusão social.



“A Constituição garante o direito à educação para todos e a inclusão surge para garantir esse direito também aos alunos com deficiências de toda ordem, permanentes ou temporárias, mais ou menos severas.”

A partir do fragmento acima, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) A inclusão social é garantida pela Constituição Federal de 1988.
- (B) As leis que garantem direitos podem ser mais ou menos severas.
- (C) O direito à educação abrange todas as pessoas, deficientes ou não.
- (D) Os deficientes temporários ou permanentes devem ser incluídos socialmente.
- (E) “Educação para todos” inclui também os deficientes.

Comentário da questão:

Em “A” o texto é sobre direito à educação, incluindo as pessoas com deficiência, ou seja, inclusão de pessoas na sociedade. = afirmativa correta.

Em “B” o complemento “mais ou menos severas” se refere à “deficiências de toda ordem”, não às leis. = afirmativa incorreta.

Em “C” o advérbio “também”, nesse caso, indica a inclusão/adição das pessoas portadoras de deficiência ao direito à educação, além das que não apresentam essas condições. = afirmativa correta.

Em “D” além de mencionar “deficiências de toda ordem”, o texto destaca que podem ser “permanentemente ou temporárias”. = afirmativa correta.

Em “E” este é o tema do texto, a inclusão dos deficientes. = afirmativa correta.

Resposta: Logo, a Letra B é a resposta Certa para essa questão, visto que é a única que contém uma afirmativa incorreta sobre o texto.

IDENTIFICANDO O TEMA DE UM TEXTO

O tema é a ideia principal do texto. É com base nessa ideia principal que o texto será desenvolvido. Para que você consiga identificar o tema de um texto, é necessário relacionar as diferentes informações de forma a construir o seu sentido global, ou seja, você precisa relacionar as múltiplas partes que compõem um todo significativo, que é o texto.

Em muitas situações, por exemplo, você foi estimulado a ler um texto por sentir-se atraído pela temática resumida no título. Pois o título cumpre uma função importante: antecipar informações sobre o assunto que será tratado no texto.

Em outras situações, você pode ter abandonado a leitura porque achou o título pouco atraente ou, ao contrário, sentiu-se atraído pelo título de um livro ou de um filme, por exemplo. É muito comum as pessoas se interessarem por temáticas diferentes, dependendo do sexo, da idade, escolaridade, profissão, preferências pessoais e experiência de mundo, entre outros fatores.

Mas, sobre que tema você gosta de ler? Esportes, namoro, sexualidade, tecnologia, ciências, jogos, novelas, moda, cuidados com o corpo? Perceba, portanto, que as temáticas são praticamente infinitas e saber reconhecer o tema de um texto é condição essencial para se tornar um leitor hábil. Vamos, então, começar nossos estudos?

Propomos, inicialmente, que você acompanhe um exercício bem simples, que, intuitivamente, todo leitor faz ao ler um texto: reconhecer o seu tema. Vamos ler o texto a seguir?

CACHORROS

Os zoólogos acreditam que o cachorro se originou de uma espécie de lobo que vivia na Ásia. Depois os cães se juntaram aos seres humanos e se espalharam por quase todo o mundo. Essa amizade começou há uns 12 mil anos, no tempo em que as pessoas precisavam caçar para se alimentar. Os cachorros perceberam que, se não atacassem os humanos, podiam ficar perto deles e comer a comida que sobrava. Já os homens descobriram que os cachorros podiam ajudar a caçar, a cuidar de rebanhos e a tomar conta da casa, além de serem ótimos companheiros. Um colaborava com o outro e a parceria deu certo.

Ao ler apenas o título “Cachorros”, você deduziu sobre o possível assunto abordado no texto. Embora você imagine que o texto vai falar sobre cães, você ainda não sabia exatamente o que ele falaria sobre cães. Repare que temos várias informações ao longo do texto: a hipótese dos zoólogos sobre a origem dos cães, a associação entre eles e os seres humanos, a disseminação dos cães pelo mundo, as vantagens da convivência entre cães e homens.

As informações que se relacionam com o tema chamamos de subtemas (ou ideias secundárias). Essas informações se integram, ou seja, todas elas caminham no sentido de estabelecer uma unidade de sentido. Portanto, pense: sobre o que exatamente esse texto fala? Qual seu assunto, qual seu tema? Certamente você chegou à conclusão de que o texto fala sobre a relação entre homens e cães. Se foi isso que você pensou, parabéns! Isso significa que você foi capaz de identificar o tema do texto!

Fonte: <https://portuguesrapido.com/tema-ideia-central-e-ideias-secundarias/>

IDENTIFICAÇÃO DE EFEITOS DE IRONIA OU HUMOR EM TEXTOS VARIADOS**Ironia**

Ironia é o recurso pelo qual o emissor diz o contrário do que está pensando ou sentindo (ou por pudor em relação a si próprio ou com intenção depreciativa e sarcástica em relação a outrem).

A ironia consiste na utilização de determinada palavra ou expressão que, em um outro contexto diferente do usual, ganha um novo sentido, gerando um efeito de humor.

Exemplo:



Na construção de um texto, ela pode aparecer em três modos: ironia verbal, ironia de situação e ironia dramática (ou satírica).

Ironia verbal

Ocorre quando se diz algo pretendendo expressar outro significado, normalmente oposto ao sentido literal. A expressão e a intenção são diferentes.

Exemplo: Você foi tão bem na prova! Tirou um zero incrível!

Ironia de situação

A intenção e resultado da ação não estão alinhados, ou seja, o resultado é contrário ao que se espera ou que se planeja.

Exemplo: Quando num texto literário uma personagem planeja uma ação, mas os resultados não saem como o esperado. No livro “Memórias Póstumas de Brás Cubas”, de Machado de Assis, a personagem título tem obsessão por ficar conhecida. Ao longo da vida, tenta de muitas maneiras alcançar a notoriedade sem suces-

so. Após a morte, a personagem se torna conhecida. A ironia é que planejou ficar famoso antes de morrer e se tornou famoso após a morte.

Ironia dramática (ou satírica)

A ironia dramática é um efeito de sentido que ocorre nos textos literários quando o leitor, a audiência, tem mais informações do que tem um personagem sobre os eventos da narrativa e sobre intenções de outros personagens. É um recurso usado para aprofundar os significados ocultos em diálogos e ações e que, quando captado pelo leitor, gera um clima de suspense, tragédia ou mesmo comédia, visto que um personagem é posto em situações que geram conflitos e mal-entendidos porque ele mesmo não tem ciência do todo da narrativa.

Exemplo: Em livros com narrador onisciente, que sabe tudo o que se passa na história com todas as personagens, é mais fácil aparecer esse tipo de ironia. A peça como Romeu e Julieta, por exemplo, se inicia com a fala que relata que os protagonistas da história irão morrer em decorrência do seu amor. As personagens agem ao longo da peça esperando conseguir atingir seus objetivos, mas a plateia já sabe que eles não serão bem-sucedidos.

Humor

Nesse caso, é muito comum a utilização de situações que pareçam cômicas ou surpreendentes para provocar o efeito de humor.

Situações cômicas ou potencialmente humorísticas compartilham da característica do efeito surpresa. O humor reside em ocorrer algo fora do esperado numa situação.

Há diversas situações em que o humor pode aparecer. Há as tirinhas e charges, que aliam texto e imagem para criar efeito cômico; há anedotas ou pequenos contos; e há as crônicas, frequentemente acessadas como forma de gerar o riso.

Os textos com finalidade humorística podem ser divididos em quatro categorias: anedotas, cartuns, tiras e charges.

Exemplo:



ANÁLISE E A INTERPRETAÇÃO DO TEXTO SEGUNDO O GÊNERO EM QUE SE INSCREVE

Compreender um texto trata da análise e decodificação do que de fato está escrito, seja das frases ou das ideias presentes. Interpretar um texto, está ligado às conclusões que se pode chegar ao conectar as ideias do texto com a realidade. Interpretação trabalha com a subjetividade, com o que se entendeu sobre o texto.

Interpretar um texto permite a compreensão de todo e qualquer texto ou discurso e se amplia no entendimento da sua ideia principal. Compreender relações semânticas é uma competência imprescindível no mercado de trabalho e nos estudos.

Quando não se sabe interpretar corretamente um texto pode-se criar vários problemas, afetando não só o desenvolvimento profissional, mas também o desenvolvimento pessoal.

Busca de sentidos

Para a busca de sentidos do texto, pode-se retirar do mesmo os **tópicos frasais** presentes em cada parágrafo. Isso auxiliará na apreensão do conteúdo exposto.

Isso porque é ali que se fazem necessários, estabelecem uma relação hierárquica do pensamento defendido, retomando ideias já citadas ou apresentando novos conceitos.

Por fim, concentre-se nas ideias que realmente foram explicitadas pelo autor. Textos argumentativos não costumam conceder espaço para divagações ou hipóteses, supostamente contidas nas entrelinhas. Deve-se ater às ideias do autor, o que não quer dizer que o leitor precise ficar preso na superfície do texto, mas é fundamental que não sejam criadas suposições vagas e inespecíficas.

Importância da interpretação

A prática da leitura, seja por prazer, para estudar ou para se informar, aprimora o vocabulário e dinamiza o raciocínio e a interpretação. A leitura, além de favorecer o aprendizado de conteúdos específicos, aprimora a escrita.

Uma interpretação de texto assertiva depende de inúmeros fatores. Muitas vezes, apressados, descuidamo-nos dos detalhes presentes em um texto, achamos que apenas uma leitura já se faz suficiente. Interpretar exige paciência e, por isso, sempre releia o texto, pois a segunda leitura pode apresentar aspectos surpreendentes que não foram observados previamente. Para auxiliar na busca de sentidos do texto, pode-se também retirar dele os **tópicos frasais** presentes em cada parágrafo, isso certamente auxiliará na apreensão do conteúdo exposto. Lembre-se de que os parágrafos não estão organizados, pelo menos em um bom texto, de maneira aleatória, se estão no lugar que estão, é porque ali se fazem necessários, estabelecendo uma relação hierárquica do pensamento defendido, retomando ideias já citadas ou apresentando novos conceitos.

Concentre-se nas ideias que de fato foram explicitadas pelo autor: os textos argumentativos não costumam conceder espaço para divagações ou hipóteses, supostamente contidas nas entrelinhas. Devemos nos ater às ideias do autor, isso não quer dizer que você precise ficar preso na superfície do texto, mas é fundamental que não criemos, à revelia do autor, suposições vagas e inespecíficas. Ler com atenção é um exercício que deve ser praticado à exaustão, assim como uma técnica, que fará de nós leitores proficientes.

Diferença entre compreensão e interpretação

A compreensão de um texto é fazer uma análise objetiva do texto e verificar o que realmente está escrito nele. Já a interpretação imagina o que as ideias do texto têm a ver com a realidade. O leitor tira conclusões subjetivas do texto.

Gêneros Discursivos

Romance: descrição longa de ações e sentimentos de personagens fictícios, podendo ser de comparação com a realidade ou totalmente irreal. A diferença principal entre um romance e uma

novela é a extensão do texto, ou seja, o romance é mais longo. No romance nós temos uma história central e várias histórias secundárias.

Conto: obra de ficção onde é criado seres e locais totalmente imaginário. Com linguagem linear e curta, envolve poucas personagens, que geralmente se movimentam em torno de uma única ação, dada em um só espaço, eixo temático e conflito. Suas ações encaminham-se diretamente para um desfecho.

Novela: muito parecida com o conto e o romance, diferenciada por sua extensão. Ela fica entre o conto e o romance, e tem a história principal, mas também tem várias histórias secundárias. O tempo na novela é baseada no calendário. O tempo e local são definidos pelas histórias dos personagens. A história (enredo) tem um ritmo mais acelerado do que a do romance por ter um texto mais curto.

Crônica: texto que narra o cotidiano das pessoas, situações que nós mesmos já vivemos e normalmente é utilizado a ironia para mostrar um outro lado da mesma história. Na crônica o tempo não é relevante e quando é citado, geralmente são pequenos intervalos como horas ou mesmo minutos.

Poesia: apresenta um trabalho voltado para o estudo da linguagem, fazendo-o de maneira particular, refletindo o momento, a vida dos homens através de figuras que possibilitam a criação de imagens.

Editorial: texto dissertativo argumentativo onde expressa a opinião do editor através de argumentos e fatos sobre um assunto que está sendo muito comentado (polêmico). Sua intenção é convencer o leitor a concordar com ele.

Entrevista: texto expositivo e é marcado pela conversa de um entrevistador e um entrevistado para a obtenção de informações. Tem como principal característica transmitir a opinião de pessoas de destaque sobre algum assunto de interesse.

Cantiga de roda: gênero empírico, que na escola se materializa em uma concretude da realidade. A cantiga de roda permite as crianças terem mais sentido em relação a leitura e escrita, ajudando os professores a identificar o nível de alfabetização delas.

Receita: texto instrucional e injuntivo que tem como objetivo de informar, aconselhar, ou seja, recomendam dando uma certa liberdade para quem recebe a informação.

DISTINÇÃO DE FATO E OPINIÃO SOBRE ESSE FATO

Fato

O fato é algo que aconteceu ou está acontecendo. A existência do fato pode ser constatada de modo indiscutível. O fato é uma coisa que aconteceu e pode ser comprovado de alguma maneira, através de algum documento, números, vídeo ou registro.

Exemplo de fato:
A mãe foi viajar.

Interpretação

É o ato de dar sentido ao fato, de entendê-lo. Interpretamos quando relacionamos fatos, os comparamos, buscamos suas causas, previmos suas consequências.

Entre o fato e sua interpretação há uma relação lógica: se apontamos uma causa ou consequência, é necessário que seja plausível. Se comparamos fatos, é preciso que suas semelhanças ou diferenças sejam detectáveis.

Exemplos de interpretação:

A mãe foi viajar porque considerou importante estudar em outro país.

A mãe foi viajar porque se preocupava mais com sua profissão do que com a filha.

Opinião

A opinião é a avaliação que se faz de um fato considerando um juízo de valor. É um julgamento que tem como base a interpretação que fazemos do fato.

Nossas opiniões costumam ser avaliadas pelo grau de coerência que mantêm com a interpretação do fato. É uma interpretação do fato, ou seja, um modo particular de olhar o fato. Esta opinião pode alterar de pessoa para pessoa devido a fatores socioculturais.

Exemplos de opiniões que podem decorrer das interpretações anteriores:

A mãe foi viajar porque considerou importante estudar em outro país. Ela tomou uma decisão acertada.

A mãe foi viajar porque se preocupava mais com sua profissão do que com a filha. Ela foi egoísta.

Muitas vezes, a interpretação já traz implícita uma opinião.

Por exemplo, quando se mencionam com ênfase consequências negativas que podem advir de um fato, se enaltecem previsões positivas ou se faz um comentário irônico na interpretação, já estamos expressando nosso julgamento.

É muito importante saber a diferença entre o fato e opinião, principalmente quando debatemos um tema polêmico ou quando analisamos um texto dissertativo.

Exemplo:

A mãe viajou e deixou a filha só. Nem deve estar se importando com o sofrimento da filha.

TIPOLOGIA E GÊNEROS TEXTUAIS

Definições e diferenciação: tipos textuais e gêneros textuais são dois conceitos distintos, cada qual com sua própria linguagem e estrutura. Os tipos textuais gêneros se classificam em razão da estrutura linguística, enquanto os gêneros textuais têm sua classificação baseada na forma de comunicação. Assim, os gêneros são variedades existente no interior dos modelos pré-estabelecidos dos tipos textuais. A definição de um gênero textual é feita a partir dos conteúdos temáticos que apresentam sua estrutura específica. Logo, para cada tipo de texto, existem gêneros característicos.

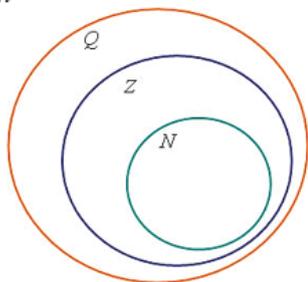
RACIOCÍNIO LÓGICO

NÚMEROS DECIMAIS E FRAÇÕES

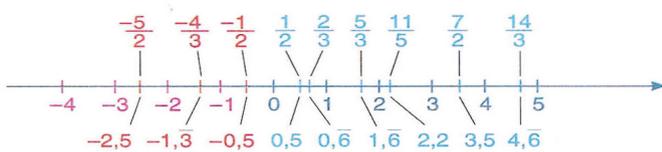
Os números racionais são aqueles que podem ser expressos na forma de fração. Nessa representação, tanto o numerador quanto o denominador pertencem ao conjunto dos números inteiros, e é fundamental observar que o denominador não pode ser zero, pois a divisão por zero não está definida.

O conjunto dos números racionais é simbolizado por Q . Vale ressaltar que os conjuntos dos números naturais e inteiros são subconjuntos dos números racionais, uma vez que todos os números naturais e inteiros podem ser representados por frações. Além desses, os números decimais e as dízimas periódicas também fazem parte do conjunto dos números racionais.

$$Q = \left\{ \frac{m}{n} : m \text{ e } n \text{ em } Z, n \text{ diferente de zero} \right\}$$



Representação na reta:



Também temos subconjuntos dos números racionais:

Q^* = subconjunto dos números racionais não nulos, formado pelos números racionais sem o zero.

Q_+ = subconjunto dos números racionais não negativos, formado pelos números racionais positivos.

Q_+^* = subconjunto dos números racionais positivos, formado pelos números racionais positivos e não nulos.

Q_- = subconjunto dos números racionais não positivos, formado pelos números racionais negativos e o zero.

Q_-^* = subconjunto dos números racionais negativos, formado pelos números racionais negativos e não nulos.

Representação Decimal das Frações

Tomemos um número racional a/b , tal que a não seja múltiplo de b . Para escrevê-lo na forma decimal, basta efetuar a divisão do numerador pelo denominador.

Nessa divisão podem ocorrer dois casos:

1º) O numeral decimal obtido possui, após a vírgula, um número finito de algarismos. Decimais Exatos:

$$2/5 = 0,4$$

$$1/4 = 0,25$$

2º) O numeral decimal obtido possui, após a vírgula, infinitos algarismos (nem todos nulos), repetindo-se periodicamente. Decimais Periódicos ou Dízimas Periódicas:

$$1/3 = 0,333...$$

$$167/66 = 2,53030...$$

Existem frações muito simples que são representadas por formas decimais infinitas, com uma característica especial: existe um período.

Uma forma decimal infinita com período de UM dígito pode ser associada a uma soma com infinitos termos deste tipo:

$$0, \text{ bbbb}... = b \cdot \frac{1}{(10)^1} + b \cdot \frac{1}{(10)^2} + b \cdot \frac{1}{(10)^3} + b \cdot \frac{1}{(10)^4} + \dots$$

Para converter uma dízima periódica simples em fração, é suficiente utilizar o dígito 9 no denominador para cada quantidade de dígitos que compõe o período da dízima.

Exemplos:

1) Seja a dízima $0,333...$

Veja que o período que se repete é apenas 1 (formado pelo 3), então vamos colocar um 9 no denominador e repetir no numerador o período.

$$\frac{3}{9} \text{ — número do período que se repete}$$
$$\frac{\quad}{9} \text{ — representa o número de dígitos do período}$$

Assim, a geratriz de $0,333...$ é a fração $\frac{3}{9}$.

2) Seja a dízima $1,23434...$

O número 234 é formado pela combinação do ante período com o período. Trata-se de uma dízima periódica composta, onde há uma parte não repetitiva (ante período) e outra que se repete (período). No exemplo dado, o ante período é representado pelo número 2, enquanto o período é representado por 34.

Para converter esse número em fração, podemos realizar a seguinte operação: subtrair o ante período do número original (234 - 2) para obter o numerador, que é 232. O denominador é formado por tantos dígitos 9 quanto o período (dois nove, neste caso) e um dígito 0 para cada dígito no ante período (um zero, neste caso).

Assim, a fração equivalente ao número 234 é 232/990



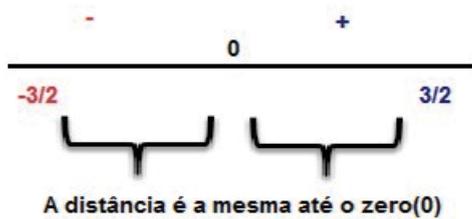
$1 \frac{232}{990} \rightarrow$ temos uma fração mista, transformando –

$$a \rightarrow (1.990 + 232) = 1222, \text{ logo : } \frac{1222}{990}$$

Simplificando por 2, obtemos $x = \frac{611}{495}$, a fração geratriz da dízima 1, 23434...

Módulo ou valor absoluto

Refere-se à distância do ponto que representa esse número até o ponto de abscissa zero.



Inverso de um Número Racional

$$\left(\frac{a}{b}\right)^{-n}, a \neq 0 = \left(\frac{b}{a}\right)^n, b \neq 0$$

— Operações com números Racionais

Soma (Adição) de Números Racionais

Como cada número racional pode ser expresso como uma fração, ou seja, na forma de a/b, onde “a” e “b” são números inteiros e “b” não é zero, podemos definir a adição entre números racionais da seguinte forma: $\frac{a}{b}$ e $\frac{c}{d}$, da mesma forma que a soma de frações, através de:

$$\frac{a}{b} + \frac{c}{d} = \frac{ad + bc}{bd}$$

Subtração de Números Racionais

A subtração de dois números racionais, representados por a e b, é equivalente à operação de adição do número p com o oposto de q. Em outras palavras, $a - b = a + (-b)$

$$\frac{a}{b} - \frac{c}{d} = \frac{d - b}{d}$$

Multiplicação (produto) de Números Racionais

O produto de dois números racionais é definido considerando que todo número racional pode ser expresso na forma de uma fração. Dessa forma, o produto de dois números racionais, representados por a e b é obtido multiplicando-se seus numeradores e denominadores, respectivamente. A expressão geral para o produto de dois números racionais é a.b. O produto dos números racionais a/b e c/d também pode ser indicado por a/b × c/d, a/b.c/d. Para realizar a multiplicação de números racionais, devemos obedecer à mesma regra de sinais que vale em toda a Matemática:

Podemos assim concluir que o produto de dois números com o mesmo sinal é positivo, mas o produto de dois números com sinais diferentes é negativo.

Divisão (Quociente) de Números Racionais

A divisão de dois números racionais p e q é a própria operação de multiplicação do número p pelo inverso de q, isto é: $p \div q = p \times q^{-1}$

Potenciação de Números Racionais

A potência q^n do número racional q é um produto de n fatores iguais. O número q é denominado a base e o número n é o expoente. Vale as mesmas propriedades que usamos no conjunto dos Números Inteiros.

$$q^n = q \times q \times q \times q \times \dots \times q, \text{ ou seja, } q \text{ aparece } n \text{ vezes.}$$

Radiciação de Números Racionais

Se um número é representado como o produto de dois ou mais fatores iguais, cada um desses fatores é denominado raiz do número. Vale as mesmas propriedades que usamos no conjunto dos Números Inteiros.

1) $\frac{1}{9}$ Representa o produto $\frac{1}{3} \cdot \frac{1}{3}$ ou $\left(\frac{1}{3}\right)^2$

Indica-se $\sqrt{\frac{1}{9}} = \frac{1}{3}$

.Logo, $\frac{1}{3}$ é a raiz quadrada de $\frac{1}{9}$.

Indica-se $\sqrt{\frac{1}{9}} = \frac{1}{3}$

Propriedades da Adição e Multiplicação de Números Racionais

1) Fechamento: o conjunto Q é fechado para a operação de adição e multiplicação, isto é, a soma e a multiplicação de dois números racionais ainda é um número racional.

2) Associativa da adição: para todos a, b, c em Q: $a + (b + c) = (a + b) + c$

3) Comutativa da adição: para todos a, b em Q: $a + b = b + a$

4) Elemento neutro da adição: existe 0 em Q, que adicionado a todo q em Q, proporciona o próprio q , isto é: $q + 0 = q$

5) Elemento oposto: para todo q em Q, existe $-q$ em Q, tal que $q + (-q) = 0$

6) Associativa da multiplicação: para todos a, b, c em Q: $a \times (b \times c) = (a \times b) \times c$

7) Comutativa da multiplicação: para todos a, b em Q: $a \times b = b \times a$

8) Elemento neutro da multiplicação: existe 1 em Q, que multiplicado por todo q em Q, proporciona o próprio q , isto é: $q \times 1 = q$

9) Elemento inverso da multiplicação: Para todo $q = \frac{a}{b}$ em Q, q diferente de zero, existe :

$$q^{-1} = \frac{b}{a} \text{ em Q: } q \times q^{-1} = 1 \quad \frac{a}{b} \times \frac{b}{a} = 1$$

10) Distributiva da multiplicação: Para todos a, b, c em Q: $a \times (b + c) = (a \times b) + (a \times c)$

Exemplos:

1) Na escola onde estudo, $\frac{1}{4}$ dos alunos tem a língua portuguesa como disciplina favorita, $\frac{9}{20}$ têm a matemática como favorita e os demais têm ciências como favorita. Sendo assim, qual fração representa os alunos que têm ciências como disciplina favorita?

- (A) $\frac{1}{4}$
- (B) $\frac{3}{10}$
- (C) $\frac{2}{9}$
- (D) $\frac{4}{5}$
- (E) $\frac{3}{2}$

Solução: **Resposta: B.**

Somando português e matemática:

$$\frac{1}{4} + \frac{9}{20} = \frac{5+9}{20} = \frac{14}{20} = \frac{7}{10}$$

O que resta gosta de ciências:

$$1 - \frac{7}{10} = \frac{3}{10}$$

2) Simplificando a expressão abaixo

Obtém-se $\frac{1,3333... + \frac{3}{2}}{1,5 + \frac{4}{3}}$:

- (A) $\frac{1}{2}$
- (B) 1
- (C) $\frac{3}{2}$
- (D) 2
- (E) 3

Solução: **Resposta: B.**

$$1,3333... = \frac{12}{9} = \frac{4}{3}$$

$$1,5 = \frac{15}{10} = \frac{3}{2}$$

$$\frac{\frac{4}{3} + \frac{3}{2}}{\frac{3}{2} + \frac{4}{3}} = \frac{\frac{17}{6}}{\frac{17}{6}} = 1$$

SEQUÊNCIAS LÓGICAS ENVOLVENDO NÚMEROS, LETRAS E FIGURAS

A lógica *sequencial* envolve a percepção e interpretação de objetos que induzem a uma sequência, buscando reconhecer essa sequência e estabelecer sucessores a este objeto.

Muitas vezes essas questões vêm atreladas com aspectos aritméticos (sequências numéricas) ou geometria (construção de certas figuras).

Não há como sistematizar este assunto, então iremos ver alguns exemplos para nos *inspirar* para que busquemos resolver demais questões.

Exemplos:

1 – A sequência de números a seguir foi construída com um padrão lógico e é uma sequência ilimitada:

- 0, 1, 2, 3, 4, 5, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 40, ...**

A partir dessas informações, identifique o termo da posição 74 e o termo da posição 95. Qual a soma destes dois termos?

Vamos analisar esta sequência dada:

1º) Vemos que a sequência vai de 6 em 6 termos e pula para a dezena seguinte

Os primeiros 6 termos vão de 0 a 5
Do 7º termo ao 12º termo: 10 a 15
13º termo ao 18º termo: 20 a 25

2º) Vemos que o padrão segue a tabuada do 6

$6 \times 1 = 6$ (0 até 5)
 $6 \times 2 = 12$ (10 até 15)
 $6 \times 3 = 18$ (20 até 25)

3º) O número que está multiplicando o 6 menos uma unidade representa a dezena que estamos começando a contar:

$6 \times 1 \rightarrow 1 - 1 = 0$ (0 até 5)
 $6 \times 2 \rightarrow 2 - 1 = 1$ (10 até 15)
 $6 \times 3 \rightarrow 3 - 1 = 2$ (20 até 25)

4º) Se dividirmos 74 por 6 e 95 por 6 descobriremos seus valores

$74 : 6 = 12$ (sobra 2)
 $95 : 6 = 15$ (sobra 5)

RACIOCÍNIO LÓGICO

5º) O termo 74 então está dois termos após 6×12

$6 \times 12 \rightarrow 12 - 1 = 11$ (110 até 115)
Então o termo 74 está no intervalo entre 120 até 125
O 74º termo é o número 121

6º) Da mesma forma, 95 está 5 após 6×15

$6 \times 15 \rightarrow 15 - 1 = 14$ (140 até 145)
O termo 95 está no intervalo entre 150 até 155
O 95º termo é o número 154

7º) Somando $121 + 154 = 275$

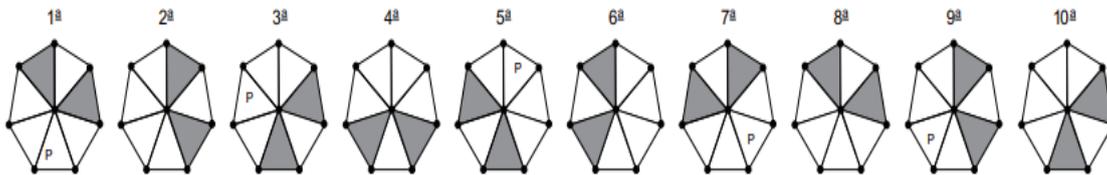
2. Analise a sequência a seguir:

4; 7; 13; 25; 49

Admitindo-se que a regularidade dessa sequência permaneça a mesma para os números seguintes, é correto afirmar que o sétimo termo será igual a?

- 1º) Do primeiro termo para o segundo, estamos somando 3.
- 2º) Do segundo termo para o terceiro, estamos somando 6.
- 3º) Do terceiro termo para o quarto, estamos somando 12.
- 4º) Do quarto termo para o quinto, estamos somando 24.
- 5º) Podemos estabelecer o padrão que estamos multiplicando a soma anterior por 2.
- 6º) Assim, do quinto termo para o sexto, estaríamos somando 48. E do sexto para o sétimo estaríamos somando 96.
- 7º) Dessa forma, basta somarmos 49 com 48 e 96: $49 + 48 + 96 = 193$

3 – Observe a sequência:



O padrão de formação dessa sequência permanece para as figuras seguintes. Desse modo, a figura que deve ocupar a 131ª posição na sequência é idêntica à qual figura?

- 1º) Vemos que o padrão retorna para a origem a cada 7 termos.
- 2º) Os termos 14, 21, 28, 35, ..., irão ser os mesmos que o padrão da 7ª figura.
- 3º) Os termos 8, 15, 22, 29, 36, ..., irão ser os mesmos que o padrão da 1ª figura.
- 4º) Vamos então dividir 131 por 7 para descobrir essa equivalência.

$$131 : 7 = 18 \text{ (sobra 5)}$$

ATUALIDADES

DOMÍNIO DE TÓPICOS DE CONHECIMENTOS GERAIS E ASSUNTOS RELEVANTES DE DIVERSAS ÁREAS, TAIS COMO: POLÍTICA, ECONOMIA, SOCIEDADE, EDUCAÇÃO, TECNOLOGIA, ENERGIA, RELAÇÕES INTERNACIONAIS, DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, SEGURANÇA, ARTES, LITERATURA E MEIO AMBIENTE E SUAS VINCULAÇÕES HISTÓRICAS A NÍVEL MUNICIPAL, REGIONAL, NACIONAL E INTERNACIONAL

A importância do estudo de atualidades

Dentre todas as disciplinas com as quais concurseiros e estudantes de todo o país se preocupam, a de atualidades tem se tornado cada vez mais relevante. Quando pensamos em matemática, língua portuguesa, biologia, entre outras disciplinas, inevitavelmente as colocamos em um patamar mais elevado que outras que nos parecem menos importantes, pois de algum modo nos é ensinado a hierarquizar a relevância de certos conhecimentos desde os tempos de escola.

No, entanto, atualidades é o único tema que insere o indivíduo no estudo do momento presente, seus acontecimentos, eventos e transformações. O conhecimento do mundo em que se vive de modo algum deve ser visto como irrelevante no estudo para concursos, pois permite que o indivíduo vá além do conhecimento técnico e explore novas perspectivas quanto à compreensão de mundo.

Em sua grande maioria, as questões de atualidades em concursos são sobre fatos e acontecimentos de interesse público, mas podem também apresentar conhecimentos específicos do meio político, social ou econômico, sejam eles sobre música, arte, política, economia, figuras públicas, leis etc. Seja qual for a área, as questões de atualidades auxiliam as bancas a peneirarem os candidatos e selecionarem os melhores preparados não apenas de modo técnico.

Sendo assim, estudar atualidades é o ato de se manter constantemente informado. Os temas de atualidades em concursos são sempre relevantes. É certo que nem todas as notícias que você vê na televisão ou ouve no rádio aparecem nas questões, manter-se informado, porém, sobre as principais notícias de relevância nacional e internacional em pauta é o caminho, pois são debates de extrema recorrência na mídia.

O grande desafio, nos tempos atuais, é separar o joio do trigo. Com o grande fluxo de informações que recebemos diariamente, é preciso filtrar com sabedoria o que de fato se está consumindo. Por diversas vezes, os meios de comunicação (TV, internet, rádio etc.) adaptam o formato jornalístico ou informacional para transmitir outros tipos de informação, como fofocas, vidas de celebridades, futebol, acontecimentos de novelas, que não devem de modo algum serem inseridos como parte do estudo de atualidades. Os interesses pessoais em assuntos deste cunho não são condenáveis de modo algum, mas são triviais quanto ao estudo.

Ainda assim, mesmo que tentemos nos manter atualizados através de revistas e telejornais, o fluxo interminável e ininterrupto de informações veiculados impede que saibamos de fato como estudar. Apostilas e livros de concursos impressos também se tornam rapidamente desatualizados e obsoletos, pois atualidades é uma disciplina que se renova a cada instante.

O mundo da informação está cada vez mais virtual e tecnológico, as sociedades se informam pela internet e as compartilham em velocidades incalculáveis. Pensando nisso, a editora prepara mensalmente o material de atualidades de mais diversos campos do conhecimento (tecnologia, Brasil, política, ética, meio ambiente, jurisdição etc.) na “Área do Cliente”.

Lá, o concurseiro encontrará um material completo de aula preparado com muito carinho para seu melhor aproveitamento. Com o material disponibilizado online, você poderá conferir e checar os fatos e fontes de imediato através dos veículos de comunicação virtuais, tornando a ponte entre o estudo desta disciplina tão fluida e a veracidade das informações um caminho certo.

SOCIEDADE E SAÚDE: DOENÇAS, SURTOS E EPIDEMIAS DIVULGADOS PELA MÍDIA BRASILEIRA NA ATUALIDADE

Nos últimos anos, a sociedade brasileira tem enfrentado uma série de desafios relacionados à saúde pública, marcados por doenças, surtos e epidemias que recebem ampla cobertura midiática.

A globalização e o aumento da mobilidade internacional, bem como as mudanças ambientais e sociais, têm contribuído para a rápida disseminação de agentes patogênicos, exigindo respostas rápidas e eficazes das autoridades de saúde e da população em geral.

Nesse contexto, a mídia desempenha um papel crucial na disseminação de informações, influenciando comportamentos e percepções públicas.

— Panorama Geral das Doenças na Atualidade

Principais Doenças e Surtos Divulgados Recentemente

Nos últimos anos, o Brasil tem enfrentado uma série de doenças e surtos que ganharam destaque na mídia. Entre os mais notórios estão a Covid-19, a dengue, o sarampo, e recentemente, a varíola dos macacos. A pandemia de Covid-19, iniciada no final de 2019, provocou uma crise global sem precedentes, afetando milhões de pessoas e alterando profundamente a dinâmica social e econômica do país. A dengue, uma doença endêmica no Brasil, continua sendo uma grande preocupação, especialmente durante períodos de chuva, quando a proliferação do mosquito *Aedes aegypti*, vetor da doença, aumenta significativamente.

O sarampo, considerado erradicado no Brasil em 2016, resurgiu em 2018 devido a baixas taxas de vacinação, destacando a importância da imunização contínua. Além disso, a varíola dos ma-

cados, embora menos prevalente, chamou a atenção recentemente por sua capacidade de se espalhar rapidamente entre humanos, exigindo vigilância e medidas de controle.

Estatísticas e Dados Relevantes

Os dados fornecidos pelo Ministério da Saúde e pela Organização Mundial da Saúde (OMS) revelam um panorama preocupante. A Covid-19, por exemplo, resultou em mais de 600 mil mortes no Brasil, tornando-se uma das maiores crises de saúde pública da história do país. Em 2023, foram registrados mais de 2 milhões de casos de dengue, com um aumento significativo em relação aos anos anteriores. O sarampo teve surtos localizados, especialmente em regiões com menores coberturas vacinais, e a varíola dos macacos teve cerca de 500 casos confirmados em 2023, segundo dados do Ministério da Saúde.

Papel da Mídia na Divulgação

A mídia brasileira tem desempenhado um papel fundamental na disseminação de informações sobre essas doenças. Durante a pandemia de Covid-19, por exemplo, veículos de comunicação realizaram uma cobertura extensiva, fornecendo atualizações diárias sobre números de casos, mortes, medidas de prevenção e desenvolvimento de vacinas. A cobertura da dengue também é frequente, especialmente durante os meses de maior incidência, com campanhas de conscientização sobre a importância de eliminar focos do mosquito.

No caso do sarampo, a mídia tem destacado a importância da vacinação, combatendo desinformação e fake news que podem comprometer a imunização em massa. Com relação à varíola dos macacos, a cobertura se concentrou em educar a população sobre os sintomas e formas de transmissão, além de desmistificar preconceitos relacionados à doença.

— Impacto das Doenças na Sociedade

Consequências Sociais e Econômicas

As doenças, surtos e epidemias divulgados pela mídia têm causado profundas consequências sociais e econômicas no Brasil. A pandemia de Covid-19, por exemplo, gerou um impacto devastador na economia, levando ao fechamento de empresas, aumento do desemprego e recessão econômica. O setor de saúde foi sobrecarregado, com hospitais atingindo suas capacidades máximas e profissionais de saúde enfrentando condições extremas de trabalho. Além disso, a pandemia exacerbou desigualdades sociais, afetando desproporcionalmente as populações mais vulneráveis, como pessoas de baixa renda, idosos e comunidades indígenas.

A dengue, apesar de ser uma doença conhecida e recorrente, continua a ter um impacto significativo, especialmente em regiões onde as condições sanitárias são inadequadas. Os surtos de sarampo destacam a fragilidade dos sistemas de saúde pública e a importância da vacinação, com implicações diretas para a saúde infantil e o bem-estar geral da população.

A varíola dos macacos, embora menos prevalente, também teve efeitos notáveis, especialmente no que diz respeito à necessidade de resposta rápida e eficaz das autoridades de saúde para evitar a disseminação.

Resposta das Autoridades e da População

A resposta das autoridades e da população a essas crises de saúde tem sido variada. Durante a pandemia de Covid-19, medidas de quarentena e distanciamento social foram implementadas, e houve um esforço massivo para acelerar o desenvolvimento e a distribuição de vacinas.

No entanto, a adesão a essas medidas variou, influenciada por fatores como desinformação e desconfiança nas autoridades. A campanha de vacinação, apesar de bem-sucedida em muitos aspectos, enfrentou desafios significativos devido à resistência de certos segmentos da população.

Para a dengue, as autoridades de saúde têm conduzido campanhas regulares de combate ao mosquito *Aedes aegypti*, mas a eficácia dessas campanhas depende da colaboração ativa da população em eliminar focos de proliferação.

No caso do sarampo, esforços para aumentar a cobertura vacinal têm sido intensificados, com campanhas educativas e programas de imunização reforçados. A resposta à varíola dos macacos envolveu a implementação de medidas de isolamento para os casos confirmados e a disseminação de informações sobre prevenção e sintomas.

Exemplos de Casos Recentes

Durante a pandemia de Covid-19, a cidade de Manaus se destacou negativamente devido ao colapso do sistema de saúde no início de 2021, com falta de oxigênio para pacientes, o que levou a uma crise humanitária. Esse exemplo ilustra como a falta de preparo e recursos pode agravar significativamente a situação.

No caso da dengue, a cidade de Belo Horizonte enfrentou um dos piores surtos em 2019, com milhares de casos registrados em poucas semanas. Esse surto destacou a importância de medidas preventivas constantes e eficazes.

O ressurgimento do sarampo em 2018 e 2019, com surtos em estados como Amazonas e Roraima, mostrou a importância da vacinação e da vigilância epidemiológica, especialmente em áreas com baixa cobertura vacinal e alta mobilidade populacional.

Em relação à varíola dos macacos, São Paulo registrou alguns dos primeiros casos no Brasil em 2023, exigindo uma rápida resposta das autoridades de saúde para controlar a propagação.

— O Papel da Mídia na Divulgação de Informações de Saúde

Análise da Cobertura Midiática

A mídia brasileira tem desempenhado um papel vital na divulgação de informações sobre saúde, especialmente em tempos de surtos e epidemias. A cobertura extensiva da pandemia de Covid-19, por exemplo, incluiu reportagens diárias sobre novos casos, taxas de mortalidade, medidas de prevenção e avanços na vacinação. Esta cobertura não apenas manteve a população informada, mas também influenciou comportamentos, incentivando o uso de máscaras, a prática do distanciamento social e a adesão à vacinação. Da mesma forma, a mídia tem dedicado atenção significativa a outras doenças endêmicas, como a dengue, alertando a população sobre surtos iminentes e fornecendo orientações sobre como evitar a proliferação do mosquito vetor.

Importância da Informação Precisa e Confiável

A precisão e a confiabilidade das informações divulgadas pela mídia são essenciais para garantir que a população possa tomar decisões informadas sobre sua saúde.

Durante a pandemia de Covid-19, houve um aumento substancial na disseminação de desinformação e teorias da conspiração, especialmente nas redes sociais. Isso destacou a importância do jornalismo responsável, que verifica os fatos e confere informações antes de publicá-las.

Veículos de comunicação respeitáveis, como a TV Globo, a Folha de S.Paulo e o Estadão, desempenharam um papel crucial ao fornecer informações baseadas em evidências científicas e consultas com especialistas em saúde pública.

A dengue, por exemplo, tem sido um tema recorrente na mídia, com campanhas educativas sobre a eliminação de criadouros do mosquito *Aedes aegypti*. Essas campanhas são fundamentais para prevenir surtos e reduzir a incidência da doença. A mídia também tem um papel importante na promoção da vacinação contra o sarampo, combatendo mitos e desinformações que podem levar à hesitação vacinal.

Desafios e Responsabilidades dos Veículos de Comunicação

Apesar do papel positivo da mídia, existem desafios significativos na cobertura de questões de saúde. Um dos maiores desafios é combater a desinformação. Durante a pandemia de Covid-19, a rápida disseminação de informações falsas ou enganosas sobre tratamentos e vacinas exigiu uma resposta coordenada de veículos de comunicação e autoridades de saúde para esclarecer os fatos e fornecer orientação precisa. A mídia tem a responsabilidade de não apenas informar, mas também educar o público, promovendo práticas saudáveis e comportamentos preventivos.

Outro desafio é manter a atenção do público em questões de saúde que podem não estar sempre no centro das atenções. Doenças endêmicas como a dengue e o sarampo requerem vigilância contínua e campanhas educativas regulares, mesmo quando não estão em destaque nas manchetes. A mídia deve equilibrar a cobertura de crises agudas, como a pandemia de Covid-19, com a necessidade de informar sobre problemas de saúde persistentes que afetam milhões de brasileiros anualmente.

Exemplos de Cobertura Midiática Efetiva

A cobertura midiática da pandemia de Covid-19 por veículos como o Jornal Nacional, da TV Globo, foi amplamente reconhecida por sua abrangência e profundidade. O programa forneceu atualizações diárias, entrevistas com especialistas e reportagens sobre o impacto social e econômico da pandemia.

Outro exemplo é a campanha “Aqui não, Aedes!” promovida por vários meios de comunicação, incluindo a Rede Globo, que incentivou a população a adotar medidas preventivas contra o mosquito transmissor da dengue.

A mídia também desempenhou um papel importante na divulgação de informações sobre a vacinação contra o sarampo, com campanhas publicitárias e reportagens educativas que ajudaram a aumentar a cobertura vacinal em áreas afetadas por surtos.

— Políticas Públicas e Medidas de Controle

Ações Governamentais e Campanhas de Prevenção

A resposta do governo brasileiro a surtos e epidemias envolve uma série de políticas públicas e medidas de controle destinadas a proteger a saúde pública e mitigar os impactos das doenças.

Durante a pandemia de Covid-19, o governo federal, em colaboração com estados e municípios, implementou uma série de ações, como a criação de hospitais de campanha, a distribuição de equipamentos de proteção individual (EPIs) para profissionais de saúde, e campanhas de vacinação em massa.

O Plano Nacional de Imunizações (PNI) foi fundamental para coordenar a distribuição das vacinas e assegurar que a população tivesse acesso às doses necessárias.

No caso da dengue, o Ministério da Saúde realiza campanhas anuais de prevenção, focando na eliminação de criadouros do mosquito *Aedes aegypti*. Essas campanhas incluem ações de educação em saúde, mutirões de limpeza em comunidades, e a utilização de tecnologias como o uso de drones para identificar e eliminar focos do mosquito em áreas de difícil acesso. Além disso, programas como o “Saúde na Escola” buscam engajar estudantes e suas famílias na prevenção da dengue, promovendo práticas de higiene e cuidados com o ambiente.

Colaboração entre Entidades de Saúde e Mídia

A colaboração entre entidades de saúde pública e a mídia é crucial para o sucesso das campanhas de prevenção e controle de doenças. Durante a pandemia de Covid-19, a parceria entre o Ministério da Saúde e veículos de comunicação foi essencial para disseminar informações precisas sobre medidas de prevenção, sintomas, e locais de vacinação. A mídia ajudou a amplificar mensagens de saúde pública e a combater desinformação, promovendo a adesão às recomendações das autoridades de saúde.

Campanhas como “Vacina Brasil”, promovidas pelo governo federal em parceria com emissoras de TV, rádios e plataformas digitais, foram fundamentais para aumentar a cobertura vacinal contra o sarampo e outras doenças preveníveis. A mídia também desempenha um papel importante em momentos de crise, como durante surtos de dengue, ao fornecer atualizações constantes sobre as áreas mais afetadas e as medidas que a população deve tomar para se proteger.

Avaliação da Eficácia das Medidas Adotadas

Avaliar a eficácia das políticas públicas e medidas de controle é essencial para garantir que os recursos sejam utilizados da maneira mais eficiente possível e que as estratégias adotadas realmente contribuam para a redução da incidência de doenças. Durante a pandemia de Covid-19, a eficácia das medidas de distanciamento social, uso de máscaras e campanhas de vacinação foi constantemente monitorada por meio de estudos epidemiológicos e análises de dados de saúde pública. Essas avaliações ajudaram a ajustar as estratégias conforme necessário, respondendo às mudanças na dinâmica da pandemia.

Para a dengue, a avaliação das campanhas de prevenção envolve a análise de dados de incidência da doença, bem como a medição da adesão da população às práticas recomendadas de eliminação de criadouros. Programas de vigilância entomológica, que monitoram a população de mosquitos em diferentes regiões, são utilizados para ajustar as intervenções e garantir que áreas de alto risco recebam atenção adequada.

No caso do sarampo, a eficácia das campanhas de vacinação é avaliada por meio de dados de cobertura vacinal e de incidência de casos. A resposta rápida a surtos, incluindo a realização de campanhas de vacinação em massa em áreas afetadas, tem mostrado ser uma estratégia eficaz para controlar a disseminação da doença.

Exemplos de Sucesso e Desafios

Um exemplo de sucesso é a campanha de vacinação contra a Covid-19, que, apesar dos desafios logísticos e da hesitação vacinal em alguns segmentos da população, conseguiu vacinar a maioria dos brasileiros em um tempo relativamente curto. Outro exemplo é o programa “Aqui não, Aedes!”, que tem obtido resultados positivos na redução da incidência de dengue em várias regiões do país.

No entanto, desafios persistem, como a manutenção da cobertura vacinal contra o sarampo e a adaptação das estratégias de prevenção da dengue às mudanças climáticas e urbanização acelerada. A desinformação continua sendo um obstáculo significativo, destacando a necessidade de uma colaboração contínua entre governo, mídia e sociedade civil para promover informações precisas e combater mitos sobre saúde.

— Conclusão

Síntese dos Pontos Discutidos

Ao longo deste texto, discutimos o impacto das doenças, surtos e epidemias na sociedade brasileira e a forma como esses eventos são divulgados pela mídia. Começamos com uma análise do panorama geral das doenças na atualidade, destacando a Covid-19, a dengue, o sarampo e a varíola dos macacos.

Examinamos as estatísticas, os desafios e as respostas das autoridades e da população. Em seguida, exploramos o papel crucial da mídia na disseminação de informações de saúde, enfatizando a importância da precisão e confiabilidade das informações divulgadas.

Também discutimos as políticas públicas e medidas de controle implementadas para enfrentar essas crises, ressaltando a necessidade de colaboração entre entidades de saúde e veículos de comunicação.

Reflexão sobre a Importância da Conscientização e Educação em Saúde

A conscientização e a educação em saúde são pilares fundamentais na prevenção e controle de doenças. A mídia tem um papel vital na educação do público, fornecendo informações que capacitam as pessoas a tomar decisões informadas sobre sua saúde.

As campanhas de vacinação, os programas de combate ao mosquito da dengue e as orientações sobre medidas preventivas durante surtos são exemplos de como a educação em saúde pode salvar vidas.

A desinformação, por outro lado, pode ter efeitos devastadores, como visto durante a pandemia de Covid-19, onde teorias da conspiração e fake news prejudicaram os esforços de controle da doença.

O enfrentamento de doenças, surtos e epidemias exige uma abordagem integrada que combina ações governamentais, colaboração da mídia e participação ativa da população. À medida que o Brasil continua a enfrentar desafios de saúde pública, é crucial que as políticas públicas sejam constantemente avaliadas e ajustadas para garantir sua eficácia. A mídia deve continuar a desempenhar seu papel de informar e educar, combatendo desinformação e promovendo práticas saudáveis.

No futuro, espera-se que avanços na tecnologia e na ciência proporcionem novas ferramentas para o controle de doenças. Vacinas mais eficazes, métodos inovadores de combate a vetores e sistemas de vigilância mais robustos poderão ajudar a prevenir e mitigar surtos. No entanto, o sucesso dessas iniciativas dependerá

da capacidade de promover uma cultura de saúde pública sólida, baseada na confiança, educação e colaboração entre todos os setores da sociedade.

Em resumo, a interseção entre sociedade e saúde, mediada pela cobertura da mídia, continua a ser um campo crucial para o bem-estar da população. Através da conscientização, educação e políticas públicas eficazes, é possível enfrentar e superar os desafios impostos pelas doenças, surtos e epidemias, construindo um futuro mais saudável e resiliente para todos.

PRINCIPAIS DESAFIOS QUE MARCAM O BRASIL NO TERCEIRO MILÊNIO: TRÂNSITO E CIDADANIA

— Introdução

Os desafios enfrentados pelo Brasil no terceiro milênio são numerosos e complexos, abrangendo diversas áreas da vida social, econômica e ambiental do país. Entre esses desafios, o trânsito e a cidadania se destacam como temas centrais que exigem uma análise aprofundada e soluções eficazes. A qualidade do trânsito nas cidades brasileiras tem impacto direto na vida de milhões de pessoas, afetando desde a saúde pública até a eficiência econômica e a sustentabilidade ambiental.

O trânsito no Brasil é frequentemente marcado por congestionamentos, acidentes e uma infraestrutura que muitas vezes não acompanha o crescimento urbano acelerado. Esses problemas não apenas dificultam a mobilidade diária dos cidadãos, mas também geram custos significativos para a sociedade, tanto em termos econômicos quanto sociais. O comportamento dos motoristas, pedestres e ciclistas, que reflete a cidadania no trânsito, é um fator crucial para a melhoria das condições nas vias urbanas e rodovias.

Discutir o trânsito e a cidadania no contexto brasileiro é essencial para compreender os desafios atuais e propor caminhos que possam conduzir a um futuro mais seguro, eficiente e sustentável. Este texto busca explorar as principais questões relacionadas ao trânsito no Brasil, destacando os problemas enfrentados, as iniciativas já em curso e a importância de uma cidadania ativa e consciente para a transformação dessa realidade.

A análise será dividida em seções que abordam desde a situação atual do trânsito e suas causas, até o papel da tecnologia e as políticas públicas implementadas para mitigar esses problemas. Através dessa reflexão, espera-se fornecer um panorama abrangente e contribuir para a conscientização e ação em prol de um trânsito melhor para todos.

— Desafios do Trânsito no Brasil

O trânsito no Brasil enfrenta uma série de desafios que impactam diretamente a qualidade de vida dos cidadãos. Esses desafios são resultado de uma combinação de fatores que incluem infraestrutura inadequada, comportamento dos motoristas e crescimento exponencial da frota de veículos. Nesta seção, examinaremos a situação atual do trânsito brasileiro, suas principais causas e os impactos sociais, econômicos e ambientais que derivam desses problemas.

Situação Atual do Trânsito Brasileiro

O trânsito nas grandes cidades brasileiras é notoriamente complicado, caracterizado por congestionamentos frequentes e acidentes de trânsito. Segundo dados do Departamento Nacional

de Trânsito (Denatran), o número de veículos nas ruas cresce continuamente, o que exacerba os problemas existentes. As cidades mais afetadas, como São Paulo e Rio de Janeiro, enfrentam desafios diários com engarrafamentos que podem durar várias horas, prejudicando a mobilidade urbana.

Causas dos Problemas de Trânsito

• Infraestrutura Inadequada:

A infraestrutura de transporte urbano no Brasil muitas vezes não acompanha o crescimento populacional e a expansão urbana. Muitas vias são antigas e não foram projetadas para suportar o volume de tráfego atual. Além disso, a manutenção das estradas e ruas é frequentemente negligenciada, resultando em buracos e outras condições que aumentam o risco de acidentes.

• Educação e Comportamento dos Motoristas:

A educação no trânsito é um aspecto crucial para a segurança nas vias. No entanto, muitos motoristas brasileiros demonstram falta de respeito às leis de trânsito, resultando em infrações como excesso de velocidade, uso do celular ao volante e direção sob efeito de álcool. Esse comportamento imprudente contribui significativamente para o elevado número de acidentes de trânsito no país.

• Crescimento da Frota de Veículos:

O crescimento da frota de veículos é outro fator que agrava os problemas de trânsito. Com a facilidade de aquisição de automóveis e motocicletas, cada vez mais brasileiros optam por veículos particulares em detrimento do transporte público. Esse aumento na quantidade de veículos nas ruas sobrecarrega a infraestrutura existente e intensifica os congestionamentos.

Impactos Sociais, Econômicos e Ambientais

• Impactos Sociais:

Os problemas de trânsito têm um impacto direto na saúde e bem-estar dos cidadãos. Acidentes de trânsito são uma das principais causas de mortalidade e morbidade no Brasil, resultando em perdas humanas significativas e sofrimento para as famílias afetadas. Além disso, o tempo gasto em congestionamentos reduz a qualidade de vida, gerando estresse e diminuindo o tempo disponível para atividades pessoais e familiares.

• Impactos Econômicos:

O trânsito congestionado gera custos econômicos elevados para o país. Atrasos no transporte de mercadorias e trabalhadores afetam a produtividade e a eficiência das empresas, resultando em perdas financeiras substanciais. Estima-se que os congestionamentos custem bilhões de reais anualmente em termos de horas de trabalho perdidas e desperdício de combustível.

• Impactos Ambientais:

O aumento do número de veículos nas ruas também tem um impacto ambiental significativo. A emissão de poluentes por automóveis contribui para a deterioração da qualidade do ar, causando problemas respiratórios e outras doenças em áreas urbanas. Além disso, a dependência de combustíveis fósseis pelos veículos agrava a questão das mudanças climáticas, tornando urgente a busca por soluções mais sustentáveis para o transporte urbano.

Os desafios do trânsito no Brasil são complexos e multifacetados, exigindo uma abordagem integrada que considere tanto a infraestrutura quanto a educação dos motoristas e o crescimento sustentável da frota de veículos.

— Cidadania e Comportamento no Trânsito

A cidadania no trânsito vai além do simples cumprimento das leis; envolve um comportamento responsável, ético e empático que contribui para a segurança e a fluidez das vias. Nesta seção, discutiremos o conceito de cidadania no contexto do trânsito, analisaremos o comportamento ideal dos cidadãos e exploraremos programas de educação voltados para a melhoria da convivência nas vias.

Conceito de Cidadania no Contexto do Trânsito

A cidadania no trânsito refere-se ao conjunto de comportamentos e atitudes que os indivíduos adotam para promover um ambiente seguro e harmonioso nas vias públicas.

Envolve o respeito às normas de trânsito, a consideração pelos direitos e necessidades dos outros usuários da via, e a adoção de práticas que minimizem os riscos de acidentes. A cidadania ativa no trânsito é essencial para a construção de uma cultura de respeito e responsabilidade mútua.

Comportamento do Cidadão no Trânsito

• Respeito às Leis de Trânsito:

O respeito às leis de trânsito é o primeiro passo para garantir a segurança nas vias. Isso inclui obedecer aos limites de velocidade, respeitar os sinais de trânsito, utilizar os dispositivos de segurança como cintos de segurança e capacetes, e evitar práticas perigosas como o uso do celular ao volante e a direção sob efeito de álcool. Cumprir as regras não só previne acidentes, mas também contribui para a fluidez do trânsito.

• Convivência Pacífica entre Motoristas, Pedestres e Ciclistas:

A convivência pacífica entre os diferentes usuários das vias — motoristas, pedestres e ciclistas — é crucial para um trânsito seguro e eficiente. Cada grupo tem direitos e deveres específicos que devem ser respeitados para evitar conflitos e acidentes. Motoristas devem ser especialmente atentos ao dar preferência aos pedestres nas faixas e ao compartilhar a via com ciclistas, enquanto pedestres e ciclistas também devem seguir as regras e ser conscientes de sua responsabilidade para com a segurança coletiva.

Programas de Educação no Trânsito

A educação no trânsito é uma ferramenta fundamental para promover a cidadania e o comportamento responsável. Diversos programas e campanhas são desenvolvidos para conscientizar os cidadãos sobre a importância de um comportamento seguro e ético no trânsito. Esses programas são implementados por órgãos governamentais, escolas e organizações não-governamentais, e incluem desde palestras e workshops até campanhas publicitárias e atividades práticas.

Exemplos de Programas de Educação no Trânsito

• Escolas de Trânsito:

As escolas de trânsito são instituições que oferecem cursos teóricos e práticos sobre as normas e condutas adequadas no trânsito. Esses cursos são voltados tanto para futuros motoristas quanto para

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS-DIREITO

Auxiliar Administrativo

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: CONCEITO E PRINCÍPIOS BÁSICOS

Conceito

Administração Pública em sentido geral e objetivo, é a atividade que o Estado pratica sob regime público, para a realização dos interesses coletivos, por intermédio das pessoas jurídicas, órgãos e agentes públicos.

A Administração Pública pode ser definida em sentido amplo e estrito, além disso, é conceituada por Di Pietro (2009, p. 57), como “a atividade concreta e imediata que o Estado desenvolve, sob regime jurídico total ou parcialmente público, para a consecução dos interesses coletivos”.

Nos dizeres de Di Pietro (2009, p. 54), em sentido amplo, a Administração Pública é subdividida em órgãos governamentais e órgãos administrativos, o que a destaca em seu sentido subjetivo, sendo ainda subdividida pela sua função política e administrativa em sentido objetivo.

Já em sentido estrito, a Administração Pública se subdivide em órgãos, pessoas jurídicas e agentes públicos que praticam funções administrativas em sentido subjetivo, sendo subdividida também na atividade exercida por esses entes em sentido objetivo.

Em suma, temos:

SENTIDO SUBJETIVO	Sentido amplo {órgãos governamentais e órgãos administrativos}.
SENTIDO SUBJETIVO	Sentido estrito {pessoas jurídicas, órgãos e agentes públicos}.
SENTIDO OBJETIVO	Sentido amplo {função política e administrativa}.
SENTIDO OBJETIVO	Sentido estrito {atividade exercida por esses entes}.

Existem funções na Administração Pública que são exercidas pelas pessoas jurídicas, órgãos e agentes da Administração que são subdivididas em três grupos: fomento, polícia administrativa e serviço público.

Para melhor compreensão e conhecimento, detalharemos cada uma das funções. Vejamos:

a. Fomento: É a atividade administrativa incentivadora do desenvolvimento dos entes e pessoas que exercem funções de utilidade ou de interesse público.

b. Polícia administrativa: É a atividade de polícia administrativa. São os atos da Administração que limitam interesses individuais em prol do interesse coletivo.

c. Serviço público: resume-se em toda atividade que a Administração Pública executa, de forma direta ou indireta, para satisfazer os anseios e as necessidades coletivas do povo, sob o regime jurídico e com predominância pública. O serviço público também regula a atividade permanente de edição de atos normativos e concretos sobre atividades públicas e privadas, de forma implementativa de políticas de governo.

A finalidade de todas essas funções é executar as políticas de governo e desempenhar a função administrativa em favor do interesse público, dentre outros atributos essenciais ao bom andamento da Administração Pública como um todo com o incentivo das atividades privadas de interesse social, visando sempre o interesse público.

A Administração Pública também possui elementos que a compõe, são eles: as pessoas jurídicas de direito público e de direito privado por delegação, órgãos e agentes públicos que exercem a função administrativa estatal.

Breve Introdução

Podemos considerar o Direito Administrativo como um ramo autônomo do Direito que se encontra dependente de um acoplado de regras e princípios próprios. Todavia, ainda não existe uma norma codificada, não havendo, desta forma, um Código de Direito Administrativo.

Por esta razão, as regras que regem a atuação da Administração Pública em sua relação com os administrados, seus agentes públicos, organização interna e na prestação de seus serviços públicos, encontram-se esparsas no ordenamento jurídico pátrio, onde a principal fonte normativa é a Constituição Federal.

O regime jurídico brasileiro possui dois princípios justificadores das prerrogativas e restrições da Administração, sendo eles, o princípio da Supremacia do Interesse Público e o princípio da Indisponibilidade do Interesse Público.

Sobre o tema em estudo, a jurista Maria Sylvania Zanella Di Pietro ensina que há diferenças relevantes entre o regime jurídico da Administração Pública e o regime jurídico administrativo.

Vejamos:

REGIME JURÍDICO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	REGIME JURÍDICO ADMINISTRATIVO
<p>– É um regime mais abrangente</p> <p>– Consiste nas regras e princípios de direito público e privado por meio dos quais, a Administração Pública pode se submeter em sua atuação</p>	<p>– É um regime reservado para as relações jurídicas incidentes nas normas de direito público</p> <p>– O ente público assume uma posição privilegiada em relação ao particular</p>

Princípios de Direito Administrativo

Os princípios de direito administrativo são regras que direcionam os atos da Administração Pública. Os princípios podem vir expressos na Constituição Federal, bem como também podem ser implícitos, ou seja, não estão listados na Constituição, porém, possuem a mesma forma normativa.

O artigo 37, *caput* da Constituição Federal de 1.988, predispõe acerca dos princípios administrativos dispondo que a Administração Pública direta e indireta de qualquer dos poderes da União, dos Estados do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Entretanto, é importante ressaltar que o rol de princípios constitucionais do Direito Administrativo não se exaure no art. 37, *caput* da CFB/988, sendo estes, os já mencionados princípios implícitos.

Princípios Expressos

São os seguintes: Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência.

Vejamos em apartado, cada um deles:

Legalidade

Por meio do princípio da legalidade, a Administração Pública só pode atuar conforme a lei, tendo em vista que todas as suas atividades se encontram subordinadas à legislação.

Ressalta-se que de modo diverso da Legalidade na seara civil, onde o que não está proibido está permitido, nos termos do art.5º, II, CFB/88, na Legalidade Administrativa, o administrado poderá atuar somente com prévia autorização legal, haja vista que não havendo autorização legal, não poderá a Administração agir.

Desse modo, a Administração Pública só pode praticar condutas que são autorizadas por lei. Todavia, caso aja fora dos parâmetros legais, é necessário que o ato administrativo seja anulado.

Além disso, é dever da Administração rever seus próprios atos, e tal incumbência possui amparo no Princípio da autotutela. Desse modo, a revisão dos atos que pratica, não depende de autorização ou de controle externo, tendo em vista que a própria Administração poderá fazê-lo por meio de revogação ou anulação. Vejamos:

a) Revogação: trata-se de vício de mérito por conveniência e oportunidade e alcança apenas os atos discricionários.

b) Anulação: trata-se de vício de legalidade e alcança todos os atos, sendo estes vinculados ou discricionários.

Sobre o assunto, determina a Súmula 473 do STF:

– **Súmula 473- STF** - “A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.”

Assim sendo, destaca-se que o Poder Judiciário só possui o condão de intervir em possíveis vícios de legalidade, mas não de mérito. Além disso, não existe na legislação administrativa, prazo para a revogação de atos. Todavia, de acordo com o art. 54 da Lei nº 9784/99, o direito da Administração de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários decai em cinco anos, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé. Entretanto, caso o ato nulo tenha sido praticado mediante o uso de má-fé, não haverá prazo para sua anulação.

Impessoalidade

Por meio da impessoalidade, deverá a Administração Pública agir objetivamente em favor da coletividade.

Salienta-se que os atos de pessoalidade são vedados, pois, o exercício da atividade administrativa é atribuição da Administração, haja vista a ela serem atribuídas todas as condutas dos agentes públicos.

São importantes aspectos do Princípio da Impessoalidade:

a) Não Discriminação: não importa a pessoa que o ato administrativo irá alcançar, pois, a atuação do Estado deve ser de forma impessoal com a fixação de critérios objetivos.

b) Agente Público: o Estado age em nome do agente. Assim, não poderão constar nas publicidades os nomes de administradores ou gestores, sendo que as propagandas devem ser informativas e educativas, pois, o ato estará sendo praticado pela Administração Pública. Tal entendimento possui liame com a Teoria da Imputação Volitiva, por meio da qual, a vontade do agente público é imputada ao Estado.

– **OBS. Importante:** De acordo com a jurista Maria Sylvia Zanella di Pietro, o princípio da impessoalidade é fundamento para fins de reconhecimento de validade dos atos praticados por “funcionário de fato”, que se trata daquele que não foi investido no cargo ou função pública de modo regular, tendo em vista que a conduta desse agente, que se encontra laborando de modo irregular na Administração Pública, é atribuída à pessoas jurídica na qual ele está inserido e, por esse motivo, tal vício será convalidado/corrigido.

Moralidade

Além da necessidade de as atividades da Administração estarem de acordo com a lei, é preciso que tais atuações sejam conduzidas com lealdade, ética e probidade, sendo que nesse caso, estará a moralidade se preocupando com a moralidade jurídica, e não a social.

A moralidade jurídica é concretizada através de mecanismos que o Estado cria para fiscalizar de modo mais eficaz as atividades de seus servidores. São exemplos: a Lei de Improbidade Administrativa e a Lei de Ação Popular.

Ressalta-se que antes da edição da Súmula Vinculante nº13 do STF, o nepotismo, que se trata da nomeação de parente para ocupar cargo de confiança, já havia sofrido reprimenda da Resolução nº 7 do CNJ – Conselho Nacional de Justiça.

Vejamos o que determina a Súmula Vinculante nº 13 do STF:

– **Súmula Vinculante 13 STF:** “A nomeação de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, da autoridade nomeante ou de servidor da mesma pessoa jurídica investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, para o exercício de cargo em comissão ou de confiança ou, ainda, de função gratificada na administração pública direta e indireta em qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, compreendido o ajuste mediante designações recíprocas, viola a Constituição Federal”.

Sabendo-se que a prática do nepotismo é Contrária à moralidade, impessoalidade e eficiência administrativas, tal prática foi recentemente condenada pela Súmula que reforça o caráter imoral e ilegítimo da nomeação de parentes para cargos em comissão, incluindo nesses casos, a modalidade cruzada ou transversa. Como exemplo, podemos citar o parente de Marcela que foi nomeado no gabinete de João em troca da nomeação de um parente de João no gabinete de Marcela.

Todavia, a edição da Súmula Vinculante 13 do STF, teve seu impacto positivo enfraquecido por causa de duas ocorrências, sendo elas as seguintes:

a) Ao fazer referência explícita a parentes colaterais até o terceiro grau, a Súmula Vinculante acabou por legitimar a nomeação de primos; e

b) Foi afirmado pelo próprio STF que a proibição não se estende a agentes políticos do Poder Executivo, tais como os ministros de Estado e secretários estaduais, distritais e municipais, pois, no entendimento do STF, a súmula se aplica apenas a cargos comissionados.

Publicidade

É necessário que haja transparência no exercício das atividades exercidas pela Administração Pública. Via regra geral, os atos da Administração devem ser públicos. Contudo, há algumas exceções, como determinados interesses sociais, bem como as situações de foro íntimo.

Para que haja eficácia, é preciso que haja a publicidade dos atos administrativos, pois, com isso, haverá também, melhor controle das atividades administrativas pela própria sociedade.

Constitui exceção ao princípio da publicidade, o artigo 2º, Parágrafo Único, V da Lei nº 9784/99 que determina que a Administração Pública obedecerá, dentre outros, aos princípios da legalidade, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, interesse público e eficiência, sendo que nos processos administrativos serão observados, entre outros, os critérios de divulgação oficial dos atos administrativos, ressalvadas as hipóteses de sigilo previstas na Constituição.

Ademais, o artigo 5º, XXXIII da CFB/88 e o artigo 5º, X também da CFB, defendem que tais atos com caráter “sigiloso” devem ser compreendidos como exceções à regra geral do Princípio da Publicidade.

Vale ressaltar que de acordo com o artigo 5º, LXXII da CFB/88 e a Lei nº 9507/97, um dos principais remédios constitucionais que prevê a garantia do acesso às informações sobre a pessoa do impetrante, é o Habeas Data.

Por fim, é importante mencionar que a Súmula nº 6 do STF estabelece “desde que devidamente motivada e com amparo em investigação ou sindicância, é permitida a instauração de processo administrativo disciplinar com base em denúncia anônima, em face do poder-dever de autotutela imposto à Administração”. Logo, percebe-se que a intenção da Suprema Corte ao elaborar esta Súmula, foi a de preservar a intimidade.

Eficiência

O princípio da eficiência foi introduzido pela EC nº19/98, pois, antes, ele era considerado como princípio infraconstitucional.

Nesse sentido, deverá ser a atuação da Administração Pública pautada nos seguintes critérios:

- a) Rapidez;
- b) Dinamismo;
- c) Celeridade;
- d) Descongestionamento;
- e) Desburocratização;
- f) Perfeição;
- g) Completitude; e
- h) Satisfação;
- i) Rentabilidade ótima, máxima e com menor custo.

Sobre o tema, o STF já se posicionou no sentido de reforçar que o princípio da eficiência não depende de Lei para que seja regulamentado, sendo por isso, considerado como uma norma de eficácia plena.

Além disso, destaca-se que a Emenda Constitucional nº19/98 consagrou a transição da Administração Pública Burocrática para a Administração Pública Gerencial, com o objetivo de criar aproximação entre o Poder Público e a iniciativa privada. Vejamos no quadro abaixo, as distinções entre esses dois tipos de Administração:

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA BUROCRÁTICA	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA GERENCIAL
<ul style="list-style-type: none"> – É direcionada ao controle de procedimentos e preocupa-se com os resultados em segundo plano; – Seu foco encontra-se nos controles administrativos; – Centralização, concentração e controle dos órgãos e entidades públicas. 	<ul style="list-style-type: none"> – É voltada para o controle de resultados e mantém as formalidades fundamentais à Administração Pública; – É focada no controle de resultados; – Reduz a atuação empresarial do Estado; <ul style="list-style-type: none"> – Trata de parcerias com entidades do terceiro setor para a prestação de atividades consideradas não essenciais; – Trata da capacitação de servidores e do controle de desempenho; – Cuida da descentralização, desconcentração e autonomia dos órgãos e entidades públicas.

— **Outros Princípios Constitucionais Aplicáveis à Administração Pública**

Princípio da Celeridade Processual

Previsto no artigo 5º LXXVIII da CFB/88, o princípio da celeridade processual assegura a toda a sociedade nas searas judicial e administrativa, a razoável duração do processo e os meios que garantam celeridade na sua tramitação.

Ressalta-se que o processo administrativo constitui uma sequência de atos que declinam-se à decisão final. Desta maneira, o rito deve sempre prosseguir com o objetivo de que haja conclusão célere de encerramento dos processos.

Salienta-se que a Lei Federal nº 9784/99 elenca importantes diretrizes que podem ser aplicadas aos processos administrativos federais em relação a celeridade. São elas:

a) É dever da Administração emitir de forma clara, decisão nos processos administrativos, bem como responder acerca de solicitações ou reclamações e sobre matérias que sejam de sua competência;

b) Após a conclusão da instrução de processo administrativo, o prazo para Administração decidir é de até 30 dias, exceto se houver prorrogação expressamente motivada, razão pela qual, acrescentar-se-á igual período;

c) Não fixando a lei prazo diferente, será o recurso administrativo decidido no prazo de 30 dias;

d) Salvo disposição legal diversa, o processo administrativo deverá tramitar por no máximo três instâncias administrativas.

Princípio do Contraditório e da Ampla Defesa

De acordo com os fundamentos contidos no artigo 5º, LV da CFB/88, em decorrência do princípio do contraditório, as decisões administrativas devem ser tomadas levando em consideração a manifestação das partes interessadas.

Para tal, é imprescindível que seja dada oportunidade para que as partes prejudicadas pela decisão sejam ouvidas antes do resultado final do processo.

Ressalta-se que o princípio da ampla defesa possibilita aos litigantes, tanto em processo judicial quanto administrativo, a utilização dos meios cabíveis de prova, dos recursos e dos instrumentos necessários para defesa de seus interesses diante do Judiciário e também da Administração Pública.

Acerca dos princípios do contraditório e da ampla defesa, dispõe a Súmula Vinculante 33 do Supremo Tribunal Federal:

— **Súmula 33 STF:** “Nos processos perante o Tribunal de Contas da União asseguram-se o contraditório e a ampla defesa quando da decisão puder resultar anulação ou revogação de ato administrativo que beneficie o interessado, excetuada a apreciação da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria, reforma e pensão”.

Princípio de devido processo legal formal e material

Nos ditames do artigo 5º, LIV da CFB/88, a privação de liberdade ou de bens só poderá ser aplicada após o devido processo legal.

O devido processo legal pode ser classificado da seguinte forma:

a) **Devido processo legal formal:** trata-se do parâmetro que exige o cumprimento de um rito que já esteja definido por lei para que a decisão tenha validade;

b) **Devido processo legal material ou substantivo:** a decisão final deve ser justa, adequada e respeitar o rito. Desse modo, o devido processo legal material ou substantivo possui o mesmo conteúdo do princípio da proporcionalidade. Além disso, é importante destacar que nos processos administrativos, é buscada a verdade real dos fatos, não valendo desta forma, somente a verdade formal baseada na prova produzida nos autos.

Por fim, denota-se que são diferenças primordiais entre o processo administrativo e do processo judicial:

PROCESSO ADMINISTRATIVO	PROCESSO JUDICIAL
<ul style="list-style-type: none"> – Até 3 instâncias – Faz coisa julgada administrativa – Princípio da oficialidade – permissão da <i>reformatio in pejus</i> – Não há necessidade de atuação de advogado – É permissionário da prova emprestada (verdade real) 	<ul style="list-style-type: none"> – Em regra, são 3 graus de jurisdição – Faz coisa julgada judicial – Princípio da inércia da jurisdição – Há necessidade da atuação de advogado – É permissionário da prova emprestada (verdade formal)

— **Princípios Implícitos**

Princípio da Autotutela da Administração Pública

Possui o condão de controlar sua própria atuação, podendo, desta forma, corrigir seus próprios atos quando tais atos estiverem dotados de ilegalidade.

Sobre o assunto, dispõe a Súmula 346 do STF:

— **Súmula 346 - STF:** “A Administração Pública pode declarar a nulidade de seus próprios atos”.

Além disso, poderá a Administração invalidar seus próprios atos a partir do momento em que estes contenham ilegalidade, porque deles não se originam direitos, podendo também revogar atos por motivos de conveniência e oportunidade. É o determina a Súmula 473 do Supremo Tribunal Federal. Vejamos:

— **Súmula 473 - STF:** “A Administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornem ilegais, porque deles não se originam direitos, ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial”.

Ademais, vale pontuar que de acordo com o art. 5 da Lei nº 9.784/1999, deverá a Administração anular seus próprios atos, quando estes se encontrarem eivados de vícios de legalidade, podendo revogá-los por motivos de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, sendo que nos parâmetros do princípio da legalidade, o prazo para a Administração Pública anular seus atos é de 05 anos.

Princípio da Continuidade

Esse princípio define que a atuação administrativa deve ser ininterrupta.

Aliado a esse importante princípio, o STF adotou por meio do Recurso Extraordinário nº 693.456, o entendimento de que o exercício do direito de greve por parte do servidor público pode realizar o corte do salário, que por sua vez, poderá ser substituído

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS-INFORMÁTICA

Auxiliar Administrativo

CONHECIMENTOS BÁSICOS EM INFORMÁTICA

A história da informática é marcada por uma evolução constante e revolucionária, que transformou a maneira como vivemos e trabalhamos. Desde os primeiros dispositivos de cálculo, como o ábaco, até os modernos computadores e dispositivos móveis, a informática tem sido uma força motriz no avanço da sociedade.

No século 17, Blaise Pascal inventou a Pascaline, uma das primeiras calculadoras mecânicas, capaz de realizar adições e subtrações. Mais tarde, no século 19, Charles Babbage projetou a Máquina Analítica, considerada o precursor dos computadores modernos, e Ada Lovelace, reconhecida como a primeira programadora, escreveu o primeiro algoritmo destinado a ser processado por uma máquina.

O século 20 testemunhou o nascimento dos primeiros computadores eletrônicos, como o ENIAC, que utilizava válvulas e era capaz de realizar milhares de cálculos por segundo. A invenção do transistor e dos circuitos integrados levou a computadores cada vez menores e mais poderosos, culminando na era dos microprocessadores e na explosão da computação pessoal.

Hoje, a informática está em todo lugar, desde smartphones até sistemas de inteligência artificial, e continua a ser um campo de rápido desenvolvimento e inovação.

Conceitos básicos de informática

– **Computador:** é uma máquina capaz de receber, armazenar, processar e transmitir informações. Os computadores modernos são compostos por hardware (componentes físicos, como processador, memória, disco rígido) e software (programas e sistemas operacionais).

– **Hardware e Software:** hardware refere-se aos componentes físicos do computador, enquanto o software refere-se aos programas e aplicativos que controlam o hardware e permitem a execução de tarefas.

– **Sistema Operacional:** é um software fundamental que controla o funcionamento do computador e fornece uma interface entre o hardware e os programas. Exemplos de sistemas operacionais incluem Windows, macOS, Linux, iOS e Android.

– **Periféricos:** são dispositivos externos conectados ao computador que complementam suas funcionalidades, como teclado, mouse, monitor, impressora, scanner, alto-falantes, entre outros.

– **Armazenamento de Dados:** refere-se aos dispositivos de armazenamento utilizados para guardar informações, como discos rígidos (HDs), unidades de estado sólido (SSDs), pen drives, cartões de memória, entre outros.

– **Redes de Computadores:** são sistemas que permitem a comunicação entre computadores e dispositivos, permitindo o compartilhamento de recursos e informações. Exemplos incluem a Internet, redes locais (LANs) e redes sem fio (Wi-Fi).

– **Segurança da Informação:** Refere-se às medidas e práticas utilizadas para proteger os dados e sistemas de computadores contra acesso não autorizado, roubo, danos e outros tipos de ameaças.

Tipos de computadores

– **Desktops:** são computadores pessoais projetados para uso em um único local, geralmente composto por uma torre ou gabinete que contém os componentes principais, como processador, memória e disco rígido, conectados a um monitor, teclado e mouse.

– **Laptops (Notebooks):** são computadores portáteis compactos que oferecem as mesmas funcionalidades de um desktop, mas são projetados para facilitar o transporte e o uso em diferentes locais.

– **Tablets:** são dispositivos portáteis com tela sensível ao toque, menores e mais leves que laptops, projetados principalmente para consumo de conteúdo, como navegação na web, leitura de livros eletrônicos e reprodução de mídia.

– **Smartphones:** são dispositivos móveis com capacidades de computação avançadas, incluindo acesso à Internet, aplicativos de produtividade, câmeras de alta resolução, entre outros.

– **Servidores:** são computadores projetados para fornecer serviços e recursos a outros computadores em uma rede, como armazenamento de dados, hospedagem de sites, processamento de e-mails, entre outros.

– **Mainframes:** são computadores de grande porte projetados para lidar com volumes massivos de dados e processamento de transações em ambientes corporativos e institucionais, como bancos, companhias aéreas e agências governamentais.

– **Supercomputadores:** são os computadores mais poderosos e avançados, projetados para lidar com cálculos complexos e intensivos em dados, geralmente usados em pesquisa científica, modelagem climática, simulações e análise de dados.

SISTEMA OPERACIONAL MICROSOFT WINDOWS 10 OU SUPERIOR: CONFIGURAÇÕES BÁSICAS DO SISTEMA OPERACIONAL (PAINEL DE CONTROLE). ORGANIZAÇÃO DE PASTAS E ARQUIVOS. OPERAÇÕES DE MANIPULAÇÃO DE PASTAS E ARQUIVOS (COPIAR, MOVER, EXCLUIR E RENOMEAR). GERENCIADOR DE TAREFAS

O Windows 10 é um sistema operacional desenvolvido pela Microsoft, parte da família de sistemas operacionais Windows NT. Lançado em julho de 2015, ele sucedeu o Windows 8.1 e trouxe uma série de melhorias e novidades, como o retorno do Menu Iniciar, a assistente virtual Cortana, o navegador Microsoft Edge e a funcionalidade de múltiplas áreas de trabalho. Projetado para ser rápido e seguro, o Windows 10 é compatível com uma ampla gama de dispositivos, desde PCs e tablets até o Xbox e dispositivos IoT.

Operações de iniciar, reiniciar, desligar, login, logoff, bloquear e desbloquear

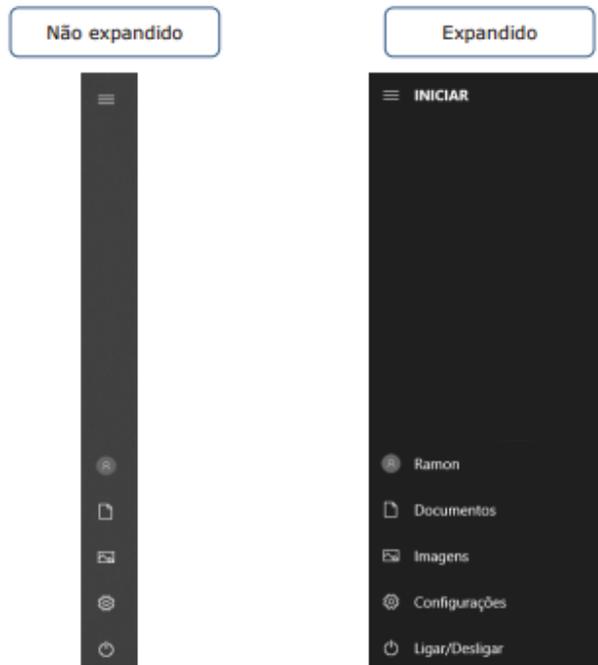
Botão Iniciar

O Botão Iniciar dá acesso aos programas instalados no computador, abrindo o Menu Iniciar que funciona como um centro de comando do PC.



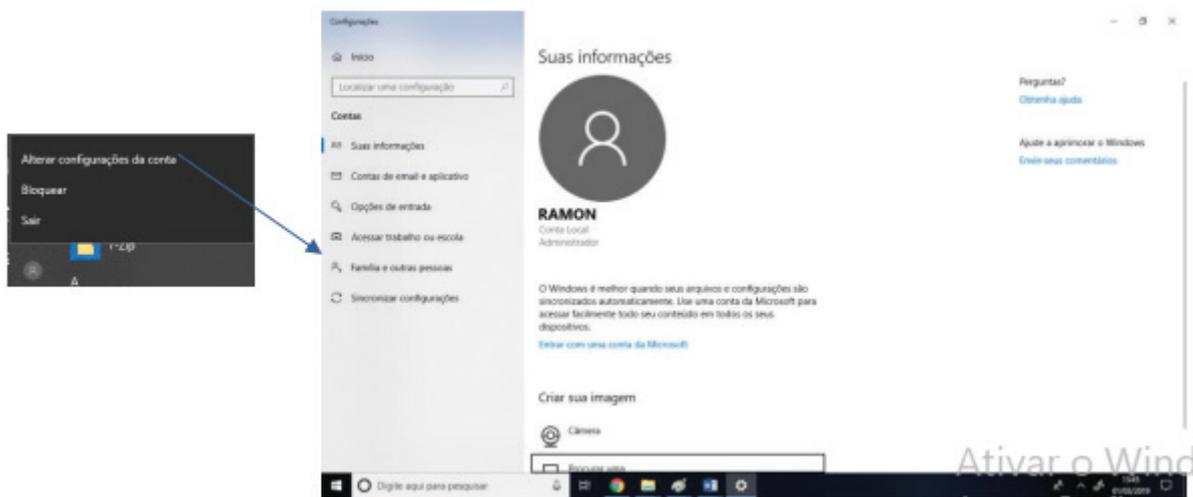
Menu Iniciar

Expandir: botão utilizado para expandir os itens do menu.



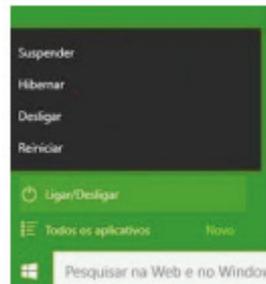
Botão Expandir

Conta: apresenta opções para configurar a conta do usuário logado, bloquear ou deslogar. Em Alterar configurações da conta é possível modificar as informações do usuário, cadastrar contas de e-mail associadas, definir opções de entrada como senha, PIN ou Windows Hello, além de outras configurações.



Configurações de conta

Ligar/Desligar: a opção “Desligar” serve para desligar o computador completamente. Caso existam programas abertos, o sistema não os salvará automaticamente, mas perguntará ao usuário se deseja salvá-los.



Outras opções são:

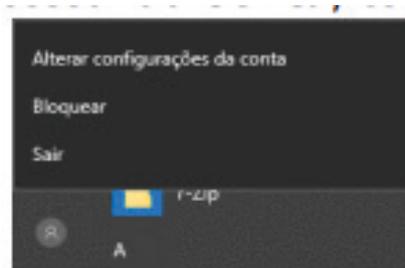
a) Reiniciar: reinicia o computador. É útil para finalizar a instalação de aplicativos e atualizações do sistema operacional, mas, com frequência, não é um processo necessário.

b) Suspendir: leva o computador para um estado de economia de energia que permite que o computador volte a funcionar normalmente após alguns segundos. Todas as tarefas são mantidas, podendo o usuário continuar o trabalho.

Em portáteis, o Windows salva automaticamente todo o trabalho e desliga o computador se a bateria está com muito pouca carga. Muitos portáteis entram em suspensão quando você fecha a tampa ou pressiona o botão de energia.

c) Hibernar: opção criada para notebooks e pode não está disponível em todos os computadores. É um sistema de economia de energia que coloca no disco rígido os documentos e programas abertos e desliga o computador. Hibernar usa menos energia do que Suspendir e, quando você reinicializa o computador, mas não volta tão rapidamente quanto a Suspensão ao ponto em que estava.

Além dessas opções, acessando Conta, temos:



d) Sair: o usuário desconecta de sua conta, e todas as suas tarefas são encerradas.

e) Bloquear: bloqueia a conta do usuário, mantendo todas as tarefas em funcionamento.

Para trocar o usuário, basta apertar CTRL + ALT + DEL:

